

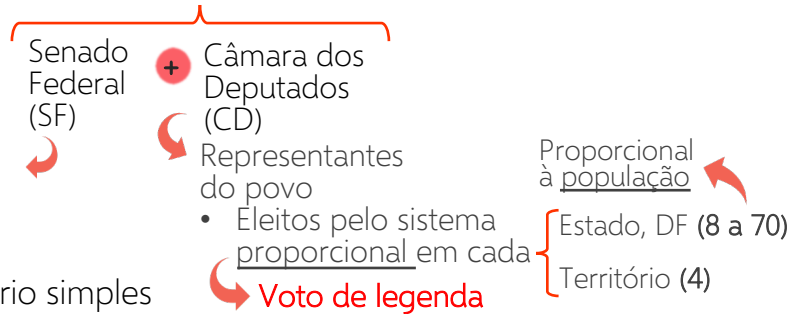
PODER LEGISLATIVO

FUNÇÕES

- Típicas: legislar e fiscalizar (= predominantes)
- Atípicas: administrativa e de julgamento

ESTRUTURA

- Legislativo **federal**: bicameral
Congresso nacional (CN)



- Sistema majoritário simples
- Cada estado/DF elege 3 senadores. (total=81)
- Mandato de 8 anos e eleição a cada 4 anos (1 e 2 senadores alternadamente)

FIDELIDADE PARTIDÁRIA:

Perderá seu mandato o deputado que se desfiliar sem razão legítima

Mudança significativa de orientação programática ou perseguição política



FUNCIONAMENTO

- **LEGISLATIVO FEDERAL:**
- **Regra geral:** Senado Federal e Câmara dos Deputados atuam de forma autônoma (sem subordinação)
- **Sessão conjunta:** para deliberar sobre matérias de competências do Congresso Nacional mas os votos são contados separadamente dentro de cada casa

Hipóteses:

1. Elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns
 2. Receber o compromisso do presidente e vice-Presidente da República
 3. Conhecer do veto e sem ele deliberar
 4. Discutir/votar lei orçamentária
 5. Delegar ao presidente poderes para legislar
- **Sessão unicameral:** C.N. atua como uma única casa (contagem conjunta de votos)
 - Hipóteses: processo simplificado de **revisão constitucional** (5 anos após a promulgação da CF/88)

REUNIÕES

- **Legislatura** : 4 anos (4 SLO'S)
- **Sessão Legislativa Ordinária (SLO)**
 - 02/fev – 17/jul
E 01/ago – 22/dez } Composta por dois **períodos legislativos**
- A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei da **LDO** (lei de diretrizes orçamentárias)
- Antes da **1ª SLO** e da **3ª SLO** de cada legislatura:
 - Sessões preparatórias → Posse dos parlamentares (1ª SLO)
 - Eleição das mesas (1ª e 3ª SLO)
- **Sessão Legislativa Extraordinária (SLE):**
 - Aquela durante os recessos parlamentares (delibera sobre { Matéria para que foi convocada / Medidas provisórias })
 - Não há pagamento de verbas indenizatórias

| CONVOCAÇÃO | HIPÓTESES |
|---|--|
| Presidente do Senado | <ul style="list-style-type: none"> • Decretação { Estado de defesa / Intervenção federal • Pedido de autorização para decretação de estado de sítio • Compromisso e posse do Presidente da República e seu vice |
| Presidente da República; da Câmara dos Deputados ou do Senado; ou maioria dos membros de ambas as casas | <ul style="list-style-type: none"> → com a aprovação da maioria dos membros de ambas as casas • Urgência • Interesse público relevante |

PODER LEGISLATIVO

MESAS DIRETORAS

- Uma mesa em cada casa.
 - Condução dos trabalhos { Legislativos / Administrativos
- Mesa do Congresso Nacional
 - Presidida pelo presidente do Senado (demais cargos alternadamente pelos ocupantes de cargos equivalentes na C.D. e no S.F.)
- Mandatos = 2 anos
 - Vedada a recondução para o mesmo cargo (dentro de uma mesma legislatura (STF))

COMISSÕES

- Órgãos de natureza técnica
- Por cada casa separadamente ou pelo Congresso Nacional (comissão mista)
- **Tipos:**
 - { Permanentes: integram estrutura da casa
 - { Temporárias: para determinada matéria
 - Encerram-se:
 - Término da legislatura
 - Expiração do prazo
 - Realizam seu objetivo


ASPECTOS GERAIS

- Exercício da função típica de fiscalização
 - Controle político-administrativo
- Realização investigação parlamentar
 - Função meramente investigativa
 - Produzem o inquérito legislativo
- Suas conclusões são enviadas ao M.P. para que se promova responsabilização civil ou criminal dos infratores
- Por cada casa separadamente ou pelo Congresso Nacional (comissão mista)





PODER LEGISLATIVO

COMISSÕES PARLAMENTARES = DE INQUÉRITO =

REQUISITOS PARA SUA CRIAÇÃO

1. Requerimento de 1/3 dos membros da casa (não há limite de CPI's em funcionamento)
2. Fato determinado a ser investigado
 - Pode investigar > 1 fato e fatos conexos ao principal  **PEGADINHA!**
3. Fixação de prazo certo
 - Permite prorrogações sucessivas até o término da legislatura (= termo final)

PODERES DE INVESTIGAÇÃO

- Têm competência para:  **IMPORTANTE!**
 1. Convocar particulares e autoridades públicas para depor
 - Testemunhas ou indiciados
 - Obrigadas a ir  Não cabe condução coercitiva
 - Cabe assistência de advogado
 2. Realização de perícias e exames
 3. Determinar a quebra dos sigilos 
 - Bancário
 - Fiscal
 - Telefônico 
 - Medidas restritivas de direitos:
 - Só acesso aos registros, não às conversas (= interceptação telefônica)
 - Decisão fundamentada
 - Maioria dos membros **(princípio da colegialidade)**
- Não têm competência para:
 1. Decretar prisões (salvo flagrante delito)
 2. Aplicar medidas cautelares
 3. Proibir/restringir assistência jurídica
 4. Anular atos do poder executivo
 5. Determinar a quebra de sigilo judicial
 6. Determinar a interceptação telefônica
 7. Determinar a busca e apreensão domiciliar de documentos
 8. Apreciar atos de natureza jurisdicional
 9. Convocar o chefe do executivo
 - Pode convocar ministros de estado e titulares de órgãos subordinados à presidência

PODER LEGISLATIVO

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

1. Atribuições que **dependem de sanção**: (edição de lei)

- Dispor sobre todas as matérias de competência da União
- Sistema tributário e orçamento
- Planos/programas de desenvolvimento
- Concessão de anistia
- Organização administrativa, judiciária, do MP e da DP da união e dos territórios
- Organização judiciária e do MP do DF
- Moeda e seus limites de emissão
- Matéria { Financeira + Instituições
Cambial + financeiras
Monetária }
- Fixação do subsídio dos ministros do STF
- Iniciativa privativa do STF
- Criação
Transformação
Extinção } de cargos públicos
- Se vagos, pode por decreto autônomo

2. Atribuições que **não dependem de sanção** (= atribuições exclusivas) (via decreto legislativo)

- Aprovar tratados internacionais
- Após a aprovação, o presidente pode ratificar e editar o decreto executivo que o internaliza **Aí entra em vigor no plano interno**
- Aprovar ou suspender o estado de defesa
Decretado pelo Presidente da República
- Sustar os atos normativos do poder executivo que exorbitem { O poder regulamentar
Limites da delegação legislativa }
- Fixar os subsídios:
 - Presidente da República e de seu vice
 - Ministros de estado
- Julgamento das contas do Presidente da República
(com parecer prévio do TCU) Deve prestar contas em até 60 dias após abertura da sessão legislativa
- Fiscalizar e controlar os atos do poder executivo
- Escolher 2/3 dos membros do TCU
- { Autorizar referendo
Convocar plebiscito } O Congresso apresenta a matéria para a população depois da elaboração
População é convocada antes de a matéria ser elaborada pelo Congresso

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

Mediante resolução

ATRIBUIÇÕES DO SENADO FEDERAL

(= competências privativas)

Julgar, nos crimes de responsabilidade:

1. Presidente da República
2. Vice-Presidente da República
3. Ministros do STF
4. Membros do CNJ e CNMP
5. PGR
6. AGU
7. Ministros de estado, em crimes conexos com o Presidente da República

Aprovar, previamente, a nomeação e escolha de importantes autoridades:

1. Ministros do STF
2. Chefes de missões diplomáticas permanentes
3. Magistrados (casos na CF/88)
4. Ministros do TCU
5. Governador de território
6. Presidente/diretores do BACEN
7. PGR (e sua exoneração antes do prazo)
8. Outros casos em lei

Autorizar operações externas de natureza financeira (por estados, DF, municípios e territórios)

Avaliar periodicamente a funcionalidade do sistema tributário nacional

Suspender a execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do STF

Estabelecer limites globais e condições para o montante

da dívida mobiliária dos { Estados, DF
Municípios

Dispor sobre limites e condições para concessão de garantia da União em operações de crédito externo/interno

PODER
LEGISLATIVO

ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Mediante resolução

(= competências privativas)

- Autorizar (2/3 membros) a instauração de processos contra { Presidente da república
Seu vice
Ministros de estado
- Proceder à tomada de contas do presidente se ele não a fizer em até 60 dias da abertura da sessão legislativa **CAI MUITO!**

• Elaborar seu regimento e dispor sobre sua organização e funcionamento

• Iniciativa privativa de projeto de lei para fixação da remuneração de seus servidores

• Eleger membros do conselho da república

também são competências do Senado

Dispor sobre limites e condições para operações de crédito

externo/interno de { União
Estados e DF + Suas autarquias e entidades controladas pelo poder público federal
Municípios

Fixar limites globais para a dívida consolidada

de { União
Estados e DF
Municípios

IMUNIDADES PARLAMENTARES

- Garantias funcionais → irrenunciáveis

1. IMUNIDADE MATERIAL

- Deputados e senadores são invioláveis civil e permanente, por quaisquer de suas

| | | |
|---|----------|-----------------------------------|
| { | Opiniões | no <u>exercício de sua função</u> |
| | Palavras | |
| | Votos | |

 se no Congresso Nacional = Presunção absoluta de relação à função
- É **permanente**: persiste após a legislatura

2. IMUNIDADE FORMAL

- É **limitada** no tempo: Só durante o mandato
- Relativa à **prisão**:
 - Desde a expedição do diploma
 - = Impossibilidade de ser/permanecer preso, salvo:
 1. Flagrante delito por crime inafiançável
 2. Sentença judicial transitada em julgado (conforme o STF)
- Relativa ao **processo**:
 - Para crimes cometidos após a diplomação
 - Processo pode ser susgado a pedido de partido político com representação na casa legislativa (decisão: voto da maioria dos membros) (ostensivo e nominal)

PODER
LEGISLATIVO
= ESTATUTO DOS
CONGRESSISTAS

PRERROGATIVA DE FORO

- Deputados e senadores são julgados pelo **STF**
 - Desde a expedição do diploma
- Só abrange infrações **penais** comuns (civis, não!)
Inclusive ação popular
- Processo com vários acusados (com e sem foro privilegiado) a regra geral é o desmembramento do processo, salvo se houver prejuízo à Justiça

NOVIDADE! NOVO ENTENDIMENTO DO STF:

O STF limitou o foro por prerrogativa de função dos parlamentares → só se aplica a crimes:

1. Praticados durante mandato
2. Relacionados ao exercício da função parlamentar

OUTRAS PRERROGATIVAS

1. Isenção do dever de testemunhar
 - Sobre informações recebidas/prestadas em razão do mandato
2. Necessidade de prévia licença para incorporação às forças armadas
 - Ainda que seja militar ou haja guerra
3. Imunidade durante o estado de sítio
 - Podem ser suspensas pelo voto de 2/3 da casa respectiva

INCOMPATIBILIDADE DOS PARLAMENTARES

DESDE A EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA:

1. Firmar/manter **contrato** (salvo se possuir cláusulas uniformes)

com { PJ de direito público
Autarquia
Empresa públicas e S.E.M.
Empresa concessionária de serviço público

2. Aceitar/exercer { Cargo
Função
Emprego

em { PJ de direito público
Autarquia
Empresa pública e S.E.M.
Empresa concessionária de serviço público

DESDE A POSSE:

1. Ser **proprietário, controlador ou diretor** de empresa que goze de favores decorrentes de contrato com PJ do direito público **ou nela exercer função remunerada**

2. Aceitar/exercer cargo/ função demissíveis

Ad nutum em { PJ de direito público
Autarquia
Empresa pública e S.E.M.
Empresa concessionária de serviço público

3. Patrocinar coisa em que seja interessada uma das entidades acima
4. Ser titular de > 1 cargo ou mandato público eletivo

PERDA DO MANDATO

- Perda depende do juízo do plenário da casa legislativa:
 1. Infringir proibições do art. 54 (incompatibilidades)
 2. For incompatível com **decoro parlamentar**
 3. For **condenado** criminalmente em sentença transitada em julgado
- Perda **declarada pela mesa** de ofício ou mediante provocação { Membro Partido com representação no Congresso
 - + ampla defesa
 1. Deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, a **1/3** das sessões ordinárias, salvo:
 - Licença
 - Missão autorizada
 2. Perder ou tiver suspensos os **direitos políticos**
 3. Quando o decretar a **justiça eleitoral**

Não perderá o mandato o deputado/senador:

1. Investido no cargo de { Ministro de estado
Governador de território
Secretário de estado/DF
Território, de prefeitura de capital,
Chefe de missão diplomática
2. Licenciado pela casa por motivo de **doença** ou para tratar de **assunto particular** (sem remuneração) e até **120 dias** por sessão legislativa

IMUNIDADE DOS DEPUTADOS ESTADUAIS (e distritais)

- A eles aplicam-se as regras da CF/88:
- Têm imunidade material e formal

IMUNIDADE DOS VEREADORES

- **Não** têm imunidade formal (processual)
- Têm imunidade material na circunscrição do município

PODER LEGISLATIVO
= ESTATUTO DOS CONGRESSISTAS =